MOVI	MOVIDA	movida
B3 LISTED NM	PARTICIPAÇÕES S.A.	
	CNPJ/ME nº 21.314.559/0001-66 - NIRE 35.300.472.101	
	Companhia Aberta	
	ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2021	
	1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 26 dias do mês de julho de 2021, às 11h, virtualmente, via sistema eletrônico disponibilizado pela Movida Participações S.A. ("Companhia" ou "Movida"). Para todos os fins, considera-se que a presente assembleia foi realizada na sede social da Movida, situada na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 92, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04530-001. 2. CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO: O edital de convocação da presente assembleia foi publicado nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2021 no jornal Estado de São Paulo, nas páginas B18, B4 e B3 respectivamente, e nos dias 26, 29 e 30 de junho de 2021 no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Caderno Empresarial, nas páginas 31, 37 e 56, respectivamente. 3. PRESENCAS: Participaram da assembleia geral extraordinária acionistas representando 70,62% (setenta vírgula sessenta e dois por cento) do capital social volante total e 34,30% (trinta e quatro vírgula trinta por cento) das ações em circulação totais da Companhia, conforme registro do sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia e conforme votos proferidos por meio dos boletins de voto a distância recebidos na forma da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481"), constando-se, dessa forma, a existência de quórum de instalação da presente assembleia para todos os itens da ordem do dia. Presentes, ainda, os representantes do Conselho Fiscal, Sr. Luciano Douglas Colauto; e da Apis Consultoria e Avaliações Ltda., Sr. Luiz Silveira e Sra. Maiara Santiago. 4. MESA: Presidente: Edmar Prado Lopes Neto; Secretário: Hiram Pagano. 5. ORDEM DO DIA: (i) Aprovar o "Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da CS Brasil Participações e Locações S.A. pela Movida Participações S.A.", celebrado entre as administrações da Movida e da CS Brasil Participações e Locações S.A. ("CS Participações"), que estabeleça os termos e condições de incorporação da totalidade das ações de emissão da CS Participações pela Movida ("Incorporação de Ações" e "Protocolo e Justificação"), respectivamente; (ii) aprovar o "Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da Apis Consultoria e Avaliações Ltda., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Assembleia 35, 12º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 08.681.365/0001-30 e no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro sob o nº 005112/0-9 ("Apis"), como empresa avaliadora responsável pela elaboração (a) do Laudo de avaliação do valor do patrimônio líquido a preços de mercado das ações da CS Participações ("Laudo de Avaliação das Ações da CS Participações"); e (b) do laudo de avaliação do valor econômico das ações da Movida e da CS Participações, para fins do art. 264 da Lei nº 6.404 ("Laudo de Avaliação do Valor Econômico"); (iii) aprovar o Laudo de Avaliação das Ações da CS Participações e o Laudo de Avaliação do Valor Econômico; (iv) aprovar a Incorporação de Ações, nos termos do Protocolo e Justificação; (v) aprovar o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$583.480.271,00 (quinhentos e oitenta e três milhões e quatrocentos e oitenta mil, duzentos e setenta e um reais) mediante a emissão de 63.381.072 (sessenta e três milhões, trezentos e oitenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem atribuídas aos acionistas da CS Participações por conta da Incorporação de Ações; (vi) aprovar a alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para contemplar o aumento do capital social da Companhia em decorrência da Incorporação de Ações; e (vii) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à implementação da Incorporação de Ações. 6. ESCLARECIMENTOS: As propostas de deliberação descritas na Ordem do Dia indicada acima são negócios jurídicos interdependentes, sendo premissa que cada uma das deliberações sobre esses itens não tenha eficácia individualmente, sem que as demais também tenham. 7. DELIBERAÇÕES: Instalada a assembleia geral extraordinária, após a discussão das matérias da ordem do dia, foram elas aprovadas, pela unanimidade dos acionistas titulares de ações em circulação da Companhia presentes na assembleia (e sem nenhuma abstenção), tendo a SIMPAR, após a votação de cada uma de tais matérias, manifestando-se favoravelmente à sua aprovação – restando-se, portanto, aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia (conforme mapa de votação que consta do Anexo I à presente ata); 7.1. O Protocolo e Justificação celebrado entre as administrações da Movida e da CS Participações e que estabeleça os termos e condições da Incorporação de Ações, o qual integra a presente ata como Anexo II. 7.2. A ratificação da nomeação da Apis como responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação das Ações da CS Participações e o Laudo de Avaliação do Valor Econômico. 7.3. O Laudo de Avaliação das Ações da CS Participações e o Laudo de Avaliação do Valor Econômico, os quais integram a presente ata como Anexos III e IV, respectivamente. 7.3.1. Ficou consignado que, para cumprimento do disposto no art. 264 da Lei das S.A., a Apis foi responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação do Valor Econômico, com data-base em 31 de março de 2021, avaliando as ações de emissão da CS Participações e da Movida segundo seus respectivos valores econômicos de acordo com a metodologia de fluxo de caixa descontado. 7.3.2. Ficou consignado, adicionalmente, que, conforme disposto nos arts. 137 e 252, §2º, da Lei das S.A., a Incorporação de Ações ensejará o direito de resgate aos titulares de ações de emissão da Companhia. O direito de resgate será assegurado aos acionistas que não votaram favoravelmente à Incorporação de Ações, que se absteriverem de votar ou que não compareceram a esta Assembleia Geral Extraordinária, e que manifestarem expressamente sua intenção de exercer o direito de resgate, em prazo a ser oportunamente divulgado. 7.3.3. Tendo em vista que a relação de troca teórica estabelecida no referido laudo é menos vantajosa para os acionistas minoritários da Movida do que aquela prevista no Protocolo e Justificação, os acionistas dissidentes não poderão optar pelo valor de reembolso conforme o Laudo de Avaliação do Valor Econômico, conforme previsto no art. 264, § 3º, da Lei das S.A. Assim, o valor de reembolso dos acionistas dissidentes será fixado nos termos do art. 45 da Lei das S.A., conforme as demonstrações financeiras da Movida de 31 de dezembro de 2020, que corresponde a R\$7,90 por ação, sem prejuízo do direito de levantamento de balanço especial. Esclarece-se que o exercício do direito de retirada será, exclusivamente, sobre a totalidade das ações de emissão da Companhia, portanto, o exercício sobre parte das ações de titularidade do acionista dissidente. 7.3.4. Ficou consignado, por fim, que a administração da Movida não utilizará a facultade prevista no §3º do art. 137 da Lei das S.A., de maneira que a aprovação da Incorporação de Ações não será objeto de reconsideração ou ratificação pela assembleia geral da Movida. Assim, a Incorporação de Ações poderá ser desde já devidamente efetivada. 7.4. A Incorporação de Ações, nos termos do Protocolo e Justificação. 7.5. O aumento do capital social da Companhia no montante de R\$583.480.271,00 (quinhentos e oitenta e três milhões e quatrocentos e oitenta e um reais) mediante a emissão de 63.381.072 (sessenta e três milhões, trezentos e oitenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal a serem atribuídas aos acionistas da CS Participações por conta da Incorporação de Ações e integralizadas com a totalidade das ações de emissão da CS Participações. 7.6. A alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para contemplar o aumento do capital social da Companhia em decorrência da Incorporação de Ações. 7.6.1. Dessa maneira, o caput do art. 5º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$2.630.122.188,48 (dois bilhões, seiscentos e trinta milhões, cento e vinte e dois mil, cento e oitenta e oito), representado por 362.302.086 (trezentas e sessenta e duas milhões, trezentas e duas mil, oitenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal". 7.7. Foi autorizado, por fim, que a administração da Companhia pratique todos e quaisquer atos que se façam necessários para a implementação e a formalização do Protocolo e Justificação e da Incorporação de Ações. 8. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e inexistindo qualquer outra manifestação, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, e que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no art. 130 da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme e assinada. Foram considerados signatários da ata, nos termos do art. 21-V, § 1º, da ICVM 481, os acionistas que registraram a presença no sistema eletrônico de participação a distância disponibilizado pela Companhia e que preferiram seus votos por meio dos boletins de voto a distância. A lista de acionistas presentes na assembleia geral extraordinária consta do Anexo V, São Paulo, 26 de julho de 2021. Confere com o original lavrado em livro próprio. Mesa: Edmar Prado Lopes Neto – Presidente; Hiram Pagano – Secretário.	

VIDROPORTO S.A.
CNPJ/ME nº 48.845.556/0001-05 – NIRE 35.300.107.799
Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 13 de julho de 2021, na Modalidade Digital
1. Data, Hora, Local e Modalidade: As 11 horas do dia 13/07/2021, na modalidade digital. A ata desta Reunião e sua versão livro foram assinadas eletronicamente, ficando arquivadas na sede social da Vidroporto S.A. ("Companhia"), situada à Rodovia Anhanguera (SP 330), s/nº, km 226,8, Porto Ferreira-SP, em conformidade com o Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia. 2. Convocação e Presença: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, ficando dispensada a convocação, nos termos do artigo 9º, § 1º do Estatuto Social da Companhia. Presentes também, o Sr. Edson Luis Rossi e o Sr. Jorge Siqueira, respectivamente Diretor Presidente e Diretor Administrativo-financeiro da Companhia. 3. Mesa: Fernanda Maia Salzano – Presidente; e Carlos Eduardo Vilas Boas – Secretário. 4. Ordem do Dia: Nos termos previstos no Artigo 10, Letra "h", Item "v" do Estatuto Social, delibear sobre (i) a apresentação de garantia real pela Companhia, no âmbito da sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fiduciária, em série única ("Debêntures"), no montante total de R\$600.000.000,00 na data de emissão ("Emissão") a ser realizada mediante distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada, da Instrução Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16/01/2009, conforme alterada, e das demais disposições legais aplicáveis ("Oferta Restrita"), conforme aprovada nas AGO e AGE realizadas em 20/04/2021 e 13/07/2021, respectivamente; (ii) a autorização à diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários relacionados à constituição, formalização e efetivação da Garantia Real (conforme abaixo definido), inclusive, sem limitação, no que se refere à celebração da Escritura (conforme definido abaixo), do Instrumento de Garantia (conforme definido abaixo) e do Contrato de Depositário (conforme definido abaixo), inclusive aditivos e anexos a tais documentos, bem como eventuais procurações necessárias; e (iii) a ratificação dos atos já praticados pela diretoria da Companhia relacionados à Garantia Real, à Emissão, à Oferta Restrita e aos itens (i) e (ii) desta Ordem do Dia. 5. Deliberações: Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram o quanto segue, por unanimidade: 5.1. Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento da totalidade de quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Companhia no "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fiduciária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Vidroporto S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, o agente fiduciário ("Agente Fiduciário") e Indústria Vidreira do Nordeste Ltda. ("IVN" e "Escritura", respectivamente), no âmbito da Emissão, autorizaram a constituição, pela Companhia, em favor dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), representados pelo Agente Fiduciário, nos termos, prazos e condições a serem previstos no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário, com a interveniência anuência da IVN ("Instrumento de Garantia"), em caráter irrevogável e irretirável, nos termos do artigo 66-B, da Lei nº 4.728, de 14/07/1965, conforme alterada, dos artigos 18 ao 20 da Lei nº 9.514, de 20/11/1997, e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada, de cessa fiduciária. 5.1.1. da totalidade dos direitos creditórios presentes e futuros de titularidade da Companhia decorrentes do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças" celebrado entre a Indústria Vidreira do Nordeste Ltda., HNK BR Bebidas Ltda., Cervejaria Baden Ltda., Indústria de Bebidas Kaiser Brasil S.A., Cervejaria Baden Ltda., Indústria de Bebidas Igarassu Ltda., Cervejaria Sudbrack Ltda., e a Companhia, em 27/04/2018, conforme aditado em 01/02/2021 com a interveniência anuência da Heineken Global Procurement B.V. e da IVN (os "Direitos Creditórios – HNK"), conforme descritos no Instrumento de Garantia; 5.1.2. observado o disposto na Escritura, a totalidade dos direitos creditórios, presentes e futuros, devidos e a serem devidos pela Companhia (inclusive direitos emergentes ou indenizatórios, conforme aplicável), livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames e/ou qualquer outra restrição que impeça a sua efetiva cessão no âmbito da presente Emissão, oriundos do "Instrumento Particular de Fornecimento de Empréstimo de Vidro e Outras Avenças" celebrado entre a Cervejaria Petrópolis S.A., a Cervejaria Petrópolis do Centro Oeste Ltda., a Cervejaria Petrópolis da Bahia Ltda., e a Cervejaria Petrópolis de Pernambuco Ltda., a Companhia e a IVN em 01/01/2019, conforme aditado de tempos em tempos (os "Direitos Creditórios – Petrópolis" respectivamente, e, em conjunto com os Direitos Creditórios – HNK, os "Direitos Creditórios"), conforme descritos no Instrumento de Garantia; 5.1.3. de todos os direitos de crédito, atuais ou futuros, devidos e a serem devidos pela Companhia como resultado dos valores depositados contra o banco administrador, incluindo qualquer depósito, valor ou recursos lá mantidos ou a serem mantidos a qualquer tempo a partir da constituição e durante a vigência das Debêntures, e todos e quaisquer direitos creditórios existentes ou que venham a se constituir no futuro decorrentes de tais depósitos, valores e recursos lá mantidos, sem limitação, inclusive, de juros, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a eles relacionados, presentes ou futuros, decorrentes de determinada conta corrente vinculada de titularidade da Companhia, não movimentada por esta, mantida no banco administrador onde deverão necessariamente ser depositados e transferir a integralidade dos Direitos Creditórios ("Conta Vinculada"); e 5.1.4. da Conta Vinculada (sendo os itens 5.1.1, 5.1.2, 5.1.3 e 5.1.4 definidos em conjunto como "Garantia Real"), nos termos a serem previstos no Instrumento de Garantia e no contrato de prestação de serviços de custódia de recursos financeiros, a ser celebrado entre a Companhia, o agente fiduciário e o banco administrador ("Contrato de Depositário"). 5.2. Autorizaram a Diretoria da Companhia a praticar, perante qualquer entidade, todos os atos necessários relacionados à constituição, formalização e efetivação da Garantia Real, incluindo, sem limitação, a celebração de todos os documentos relacionados à Garantia Real, à Emissão e à Oferta Restrita e seus respectivos aditamentos, incluindo, sem limitação, a Escritura, o Instrumento de Garantia, o Contrato de Depositário, bem como eventuais procurações. 5.3. Ratificaram todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados à Garantia Real, à Emissão, à Oferta Restrita e às deliberações acima. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, a Reunião do Conselho de Administração foi encerrada com a lavratura da presente Ata, em forma de sumário, em folhas soltas a serem oportunamente numeradas e encadernadas no Livro de Atas das RCA da Companhia, que foi conferida, lida, aprovada e assinada digitalmente pelos Senhores Conselheiros Administradores, por mim Secretário, pela Sra. Presidente da Mesa e pelos Diretores presentes, ficando autorizado o seu registro e publicação. Os registros de presenças, votos e assinaturas digitais foram realizados pela mesa diretora dos trabalhos, considerando os endereços de e-mails indicados pelos Conselheiros Administradores e pelos Diretores, em seus cadastramentos, Porto Ferreira, SP, 13/07/2021. Assinaturas via Digital: Mesa: Fernanda Maia Salzano – Presidente; Carlos Eduardo Vilas Boas – Secretário. Conselheiros presentes: Fernanda Maia Salzano; José Miguel Noronha Sacramento; Ricardo Araújo da Silva; Márcio Alexandre de Melo e Bissetti; Carlos Eduardo Vilas Boas. Diretores presentes: Edson Luis Rossi, Jorge Siqueira.

Usina Santa Adélia S/A
CNPJ: 06.376.938/0001-89 - NIRE: 35.300.504.508
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Ficam os senhores acionistas da Usina Santa Adélia S/A convocados para AGE, no dia 04/08/2021, às 9h00, Jaboatão/SP, Fazenda Santa Adélia, Rodovia SP 326, Km 332, para deliberar sobre: 1) Eleição de dois membros para o conselho fiscal e seus suplentes; e 2) Remuneração dos conselheiros fiscais. Considerando o contexto da pandemia, a assembleia será realizada exclusivamente online, através da ferramenta Microsoft Teams, com acesso e identificação através do link enviado por e-mail. Caso qualquer acionista não receba o link de acesso em até 2 dias antes da assembleia, deverá procurar a Companhia para reenvio. A assembleia será transmitida em tempo real, permitindo a participação e voto online. Para participação deverá utilizar computador, telefone celular ou equipamento equivalente que possua câmera de vídeo e áudio. Norberto Bellodi - Presidente do Conselho de Administração.

Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.
CNPJ/ME nº 08.816.067/0001-00 - NIRE 35.300.034.113-9
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 1º de Fevereiro de 2021
1. Data, hora e local: 1º de fevereiro de 2021, às 16h, na sede social da Companhia, na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 2º andar, Campos Eliseos, São Paulo/SP ("Companhia"), 2. Presença: Acionistas presentes a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 12 da Lei nº 6.404/76. 3. Composição da Mesa: Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci – Presidente; Sra. Aline Saleem da Silveira Bueno – Secretária. 4. Ordem do dia: A Assembleia Geral foi convocada para deliberar a respeito das seguintes matérias: a) Alteração do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia para fazer constar a modificação da nomenclatura de determinados cargos da Diretoria; b) Ratificação da atual composição da Diretoria; c) Alteração e ratificação das funções específicas atribuídas a determinados Diretores perante a Superintendência de Seguros Privados; e d) Consolidação do Estatuto Social para refletir as modificações aprovadas. 5. Resumo das Deliberações: A Assembleia Geral, por unanimidade de votos: 5.1.1. Aprovou a alteração da redação do Artigo 6º do Estatuto Social para fazer constar a modificação da nomenclatura de determinados cargos da Diretoria da Companhia, a saber: (i) De Diretor Jurídico para Diretor Jurídico e Riscos; e (ii) De Diretor de Perícia, Permuta e Riscos para Diretor de Controladoria; 5.1.2. Em decorrência da deliberação aprovada acima, o caput do artigo 6º do Estatuto Social passou a constar com a seguinte redação: "Artigo 6º - A Diretoria é composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 15 (quinze) Diretores, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Seguros, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, 01 (um) Diretor de Produto - Automóvel, 01 (um) Diretor de Produto Residência, 01 (um) Diretor de Sinistros, 01 (um) Diretor de Serviços, 01 (um) Diretor Técnico, 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor Financeiro, 01 (um) Diretor de Controladoria e 01 (um) Diretor de Recursos Humanos, eletos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição". 5.2. Ratificou a atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato que se estenderá até a Assembleia que aprovar as contas do exercício social de 2021, a saber: Diretor Presidente: Sr. Roberto de Souza Santos, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.380.778-0 SPP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 641.284.587-91; Diretor Vice-Presidente - Seguros: Sr. Marcelo Barroso Picango, brasileiro, casado, engenheiro eletrônico, portador da Cédula de Identidade RG nº 008.600.541-0 SPP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 004.881.937-96; Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos: Sr. Celso Damasceno, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SPP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional: Sr. Lene Araújo da Lima, brasileira, casada, advogada, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SPP/SP, inscrito no CPF sob o nº 18.454.608-80; Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing: Sr. José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SPP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07; Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços: Sr. Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SPP/PR, inscrito no CPF sob o nº 857.239.919-49; Diretor de Produto-Automóvel: Sr. Jaime Soares Batista, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SPP/SP, inscrito no CPF sob o nº 182.469.498-96; Diretor de Serviços: Sr. Marcelo Sebastião da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.113.810-7 SPP/SP, inscrito no CPF sob o nº 112.681.578-05; Diretor Técnico: Sr. Fábio Ohara Morita, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.793.433-6 SPP/SP, inscrito no CPF sob o nº 128.680.328-42; Diretor de Produto - Residência: Sr. Jarbas de Medeiros Baciano, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 26.591.220-9, inscrito no CPF sob o nº 246.784.718-71; Diretora Jurídica e Riscos: Sra. Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 189.730, e no CPF sob o nº 174.320.898-76; Diretor de Controladoria: Sr. Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador de Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SPP/SP, inscrito no CPF sob o nº 200.476.918-16; Diretor Financeiro: Sr. Tiago Violin, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 28.158.840-5 SPP/SP, inscrito no CPF sob o nº 283.416.528-97 e Diretora de Recursos Humanos: Sra. Carolina Helena Zvarg, brasileira, casada, psicóloga, portadora da cédula de identidade RG nº 278.43688-0 SPP/SP, inscrita no CPF sob o nº 29.135.839-77, todos com endereço profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 618/634, Torre B, 1º andar, Campos Eliseos, São Paulo/SP, permanecendo vago 1 (um) cargo de Diretor de Sinistros, S/A, Aprovou alterar as funções de caráter de fiscalização ou controle e determinadas funções de caráter executivo ou operacional, atribuídas a determinados diretores estatutários perante a Superintendência de Seguros Privados, em atendimento à regulamentação aplicável, para indicar: I - Funções de caráter executivo ou operacional: a. Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - Jaime Soares Batista; b. Diretor responsável técnico (Circular SUSEP 234 e Resolução CNSP 321) - Fábio Ohara Morita; c. Diretor responsável administrativo-financeiro - Celso Damasceno; d. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - Rafael Veneziani Kozma; e. Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP 143 - Jaime Soares Batista; f. Diretor responsável pela contratação de correspondentes de microsseguros e pelos serviços por eles prestados - Jarbas de Medeiros Baciano. II - Funções de caráter de fiscalização ou controle: a. Diretor responsável pelo cumprimento do disposto no art. 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP 234 e 445) - Adriana Pereira Carvalho Simões; e b. Diretor responsável pelos controles internos - Adriana Pereira Carvalho Simões. 5.4. Aprovou a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações deliberadas nos termos dos itens supra, o qual passará a vigorar conforme a redação do Anexo 1. 6. Documentos arquivados na sociedade: Procurações e demais documentos pertinentes a ordem do dia. 7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei das S.A., São Paulo, 1º de fevereiro de 2021, (assinaturas) - Presidente: Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; Secretária: Sra. Aline Saleem da Silveira Bueno. Acionistas: Porto Seguro S.A. - por seu Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional, Sr. Lene Araújo de Lima e por sua procuradora Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. - por sua procuradora Sra. Aline Saleem da Silveira Bueno. A presente é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Aline Saleem da Silveira Bueno - Secretária da Mesa. JUCESP nº 334.090.21-0 em 13/07/2021, Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SÃO PAULO TRANSPORTE S/A
C.N.P.J. nº 60.498.417/0001-58 NIRE 3530001471-5
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os Senhores Acionistas da São Paulo Transporte S/A, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará em 5 de agosto de 2021, com início às 11 (onze) horas, em sua sede social, nesta Capital, na Rua Boa Vista nº 236, no 8º andar, a fim de tomarem conhecimento e deliberarem sobre os seguintes assuntos: 1. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 1.1 Alteração na composição do Conselho de Administração da Empresa; 1.2 Alteração na composição do Conselho Fiscal da Empresa; 1.3 Outros assuntos de interesse social. São Paulo, 22 de julho de 2021. EURÍPEDES SALES Presidente do Conselho de Administração